

ASSOCIATIVISMO E MOVIMENTO DE PROFESSORES NO ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1970

Romildo de Castro Araújo¹
Universidade Federal do Piauí
romildo16@ig.com.br

RESUMO

O presente artigo busca analisar, de forma crítica, a experiência dos professores secundários na constituição do associativismo e do movimento na rede pública estadual de educação do Piauí. Procuramos discutir a gênese das associações no contexto da luta pela profissionalização. Assim, partimos do seguinte problema: como se constituiu o movimento associativo de professores no ensino secundário na rede pública estadual de educação do Piauí durante as décadas de 1950 a 1970? A metodologia tem como base a pesquisa bibliográfica e documental. Vamos dialogar com Lopes (2010), Nóvoa (1991, 1995), Olímpio (2003), Romanelli (2006), Santos (1995), Thompson (1987), Vicentini e Lugli (2003), além de registros do Diário Oficial do Estado. Destacamos os conceitos de associativismo, movimento e profissionalização. Compreendemos esse fenômeno como um processo de experiência que se inicia a partir de uma tomada de consciência dos professores secundários que vão constituindo um movimento associativo em busca de garantia da legitimidade de suas aspirações coletivas.

Palavras-chave: História da Educação. Professores Secundários. Associativismo. Profissionalização.

ASSOCIATIVITY AND TURNOVER OF TEACHERS IN SECONDARY EDUCATION IN PIAUÍ BETWEEN THE YEARS OF 1950 AND 1970

ABSTRACT

This article aims to examine critically the experience of secondary teachers in the formation of associations and movements in public education of the State of Piauí. We discuss the beginning of the associations in the context of the struggle for professionalization. Thus, we set the following problem: how was the student association of teachers in secondary education in state public education during the decades of 1950 and 1970? The methodology is based on a research literature and documents. We base our assumptions on Lim (2010), Nóvoa (1991, 1995), Olympian (2003), Romanelli (2006), Santos (1995), Thompson (1987), Vicentini and Lugli

¹Professor de rede pública estadual de educação do Piauí, licenciado em Pedagogia, especialista em Gestão e Supervisão Escolar e mestrando em educação pela 18ª turma do PPGEd-UFPI.

(2003). In addition, we rely on the records of the State Official Gazette . We emphasize the concepts of association, movement, and professionalism. The phenomenon was viewed as an experiential process that starts from an awareness of secondary teachers that form an associative movement seeking to guarantee the legitimacy of their collective aspirations.

Keywords: History of Education. Secondary Teachers. Associations. Professionalization.

INTRODUÇÃO

Apesar do movimento sindical de professores, um dos mais expressivos em nosso estado, ainda não recebeu a devida atenção no âmbito da historiografia da educação piauiense. Ainda falta conhecer melhor muitas iniciativas, seu ciclo de vida, suas composições e características. A bibliografia existente abrange somente as décadas mais próximas, na segunda metade do século XX, sendo predominantemente produzida pelos historiadores da educação. A mesma, predominantemente, busca elucidar problemas da contemporaneidade. Isso explica porque a história do movimento é dividida em dois ciclos: um representado pela Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP) e suas antecessoras e outro pelo Sindicato dos trabalhadores em Educação Básica do Estado do Piauí (SINTE-PI).

O objetivo desse trabalho é desenvolver uma análise crítica da experiência dos professores secundários da rede pública estadual de educação do Piauí. A ênfase será no processo de formação das organizações representativas ao longo das décadas de 1950 a 1980, discutindo suas lutas pela profissionalização. Este trabalho é parte das reflexões que temos realizado na pesquisa de mestrado sobre a *História da Profissão Docente no Ensino Secundário no Piauí: constituição e organização, dos anos 1950 À 1980*. Assim, partimos do seguinte problema: como se constituiu o movimento associativo e sindical de professores no ensino secundário na rede pública estadual de educação do Piauí dos anos 1950 a 1970?

Somente a partir de 1959 que encontramos dados, bastantes resumidos, da primeira experiência de organização que se tem notícia. O movimento associativo marcaria sua forma de organização nas décadas duas décadas posteriores devido a obstáculos na legislação sindical, que não permitia na condição de funcionários públicos o direito à sindicalização. Esse movimento, que evolui do assistencialismo ao que se convencionou chamar classismo, nasce de uma dinâmica de (re)organização desses

profissionais na luta por um estatuto profissional que expresse a valorização de suas atividades laborativas.

Nossa iniciativa pretende construir uma síntese, considerando o que denomina-se de primeiro ciclo, que acontece desde os primeiros registros, no início da década de 1950, até a consolidação da APEP na década de 1970.

Primeira Passos do Movimento

Com o processo de urbanização iniciado na primeira metade do século XX, a sociedade brasileira passar por profundas mudanças sócio-culturais. Assim, como adverte Romanelli (2004), a aceleração da urbanização e o crescimento demográfico aumentaram crescentemente a busca por educação, levando os governos a incessantes mudanças no setor. Buscava-se o atendimento da demanda efetiva para ajustar a mão de obra às necessidades de uma sociedade em processo de industrialização² crescente, surgindo, assim, a necessidade de elevar e melhorar a instrução pública.

O Piauí, uma sociedade ainda quase rural, a partir da década de 1950 vai conhecer um processo de estruturação da administração pública. O governador Chagas Rodrigues (1958 a 1961) cuidou de dotar o estado de uma estrutura político-administrativa condizente com as necessidades de uma sociedade em desenvolvimento. Para Santos Neto e Kruehl (2009), a modernização do estado criou um órgão de planejamento, várias sociedades de economia mista, numa conjugação de capital e trabalho dos setores públicos e privados em prol do desenvolvimento do estado. Junto com isso surge a expansão do ensino, porque a ampliação dos serviços na capital exigiria conhecimentos básicos, principalmente, para o trabalho no setor administrativo estatal. Os professores secundários tornavam-se uma peça importante no quebra-cabeça do desenvolvimento da sociedade piauiense, da educação e dos profissionais docentes.

Embora com características diferentes dos grandes centros em vias de modernização, o processo de urbanização provocou mudanças que transformou a realidade da sociedade. Quanto à educação Lopes (2010) observa:

O Piauí viveu, nesse período, uma transformação intensa de seu sistema escolar. Nesse período foi implantada a primeira faculdade dedicada a formação de professores: a Faculdade de Filosofia do Piauí, de iniciativa Católica. O período também conheceu a implantação da Universidade

² Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, essa realidade origina um ciclo econômico baseado na indústria, levando a escola à necessidade de desenvolver uma pedagogia voltada para o trabalho.

Federal do Piauí, que implicou na consolidação da formação de professores no ensino superior. Além disso, o Governo estadual implantou, ainda em 1971 a reforma do ensino que modificou a organização do ensino secundário e promoveu alterações na composição e exercício da docência nesse nível de ensino. Cada vez mais, docentes com formação específica para o magistério vão assumindo as escolas, em substituição aos docentes com formação em cursos superiores não direcionados para o magistério. (LOPES, 2010, p.1).

Mesmo com essa expansão, de acordo com Lopes (2010), o sistema educacional passava por alterações com vistas a lidar com a crise da educação. Isso ocorreu com a extinção em 1954 da Secretaria Geral, vinculada ao Departamento de Educação, oportunidade na qual se cria a Secretaria de Estado da educação e Saúde.

“Essa era mais uma etapa no processo de reorganização da estrutura educacional piauiense. Desse modo, diversas leis são promulgadas entre os anos de 1950 e de 1970, reestruturando o sistema escolar piauiense”. (p. 4).

O autor ainda explica que esse momento é de expansão do ensino secundário, embora a responsabilidade por parte dela tenha sido do setor privado, particularmente das escolas confessionais católicas. Esse nível de ensino já era uma aspiração das elites em várias localidades. Essa constatação é encontrada pelo autor em suas pesquisas nos livros de memórias de figuras ilustres de várias cidades do estado.

Conhecer as formas de ingresso dos professores no corpo de funcionários públicos é importante para entendermos a relação do suporte legal com o processo de profissionalização do magistério. Normas instituídas para estruturar e organizar a profissão, que evoluem de regras de admissão para as leis ordinárias que colocam sob controle do Estado a seleção. Até Então eram professores de cátedra, recrutados pelo seu potencial intelectual, reconhecido por toda a sociedade. Somente com a fundação da Faculdade de Filosofia em 1957 é que começam a se forma para ingressar na rede.

No período que analisamos, foram instituída, no Brasil, duas dessas leis nacionais que se adéquam às mudanças no trabalho docente. Para tanto, a Lei 4024/61 garante maior rigor no ingresso e na formação a partir do aprimoramento de regras e normas que vieram sendo construídas ao longo das décadas. Foi no compasso do crescimento numérico do magistério secundário que se aprimora os instrumentos de seleção e ingresso³. Essa lei determinava que o ensino médio fosse ministrado “em dois

² Em 1936 de acordo com Vicentini e Lugli (2009) já havia regras rigorosas para recrutamento, que conforme regulamento exigia pré-requisitos como naturalidade, limite de idade e vários tipos de provas como oral escrita, prática e didática.

ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangeria, entre outros os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (Art.34º). De acordo com o Art. 59º a formação de professores para o ensino médio seria feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo essa lei, o ingresso deveria ser feito via concurso público e a mesma só poderia ser exercida por quem tinha registro nos órgãos competentes.

Toda essa realidade modifica os ritmos e formas de contratação agora combinado com a diversificação da categoria docente⁴. Tudo isso exigirá dos professores, frente ao paradoxo da desprofissionalização⁵, meios organizativos que se estenderam para âmbito da fundação de agremiações sindicais tanto nos diversos níveis da federação como de suas divisões internas. Esta movimentação, na defesa de seus interesses, como indica Nóvoa (1995), corresponde a um aspecto nuclear de estruturação de seu espaço profissional.

Percebe-se durante o período a tentativa de os professores lutarem para melhorar o status social da profissão, visto que em quase todos os momentos, conforme Santos (1996), questões referentes às relações entre esses profissionais e o Estado se dão por melhoria das condições de vida. Muito embora, o movimento ainda com entidades semi-sindicais apresentasse posição que em vários momentos se coadunam com o governo. Depois é que assumindo o caráter mais sindical passa a lutar, a partir da década de 1960, de forma mais ativa, por mecanismos legais que asseguravam um uma situação mais estável para os profissionais.

Os movimentos associativos, representaram uma tomada de consciência dos professores, de seus interesses como grupo, quase sempre pautando como principais reivindicações a melhoria do estatuto, o controle da profissão e definição de uma carreira profissional. Como destaca Nóvoa (1991), no final do século XX surgem as primeiras associações profissionais como parte dessa tomada de consciência de seus próprios interesses enquanto grupo. Tal fato confere uma unidade intrínseca do corpo docente, imposta pelo Estado através do estatuto de funcionários, mas que representa a solidariedade profissional e a defesa dos interesses comuns. Daí que “as associações de professores adotaram formas de organização e de ação muito diversificadas, tomando

⁴ Isso leva a existência de quatro formas de relação com o Estado naquele momento: efetivo (concurado), contratado (temporário), não contratado (que adquiriu estabilidade via justiça em 1967) e o celetista.

⁵ Este processo foi gerado pelo caos administrativo que leva à relativização dos requisitos de formação inicial e recrutamento.

como referências seja o modelo das ordens profissionais, seja o modelo do sindicalismo operário”(p.127). É preciso, então compreender como se desenvolve esse processo e qual seus reflexos particulares sobre a organização dos professores no estado do Piauí?

Associativismo nos Anos 50 e 60: primeiras experiências

Aconteceu uma convocação para a Assembléia Geral dia 1º de abril de 1950 na Rua Coelho Rodrigues, nº 1610, onde funcionava a Biblioteca Pública. Aquela era uma sede provisória conforme indicava a convocatória assinada pelo secretário da entidade, professor João Borges Alcobaça. Possivelmente se reuniram numa sala daquelas que não comportavam mais de 100 pessoas. Pauta: novas eleições e a transformação da Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário e Primário e Auxiliares da Administração Escolar em um sindicato.

A criação dos sindicatos oficiais ainda era estimulada incentivada pelo Estado e vinculada a concessão de benefícios (MATOS, 2009). Por isso, a maioria dos sindicatos e associações de classe tinha estatuto oficializado pelo Ministério do Trabalho e viviam sob a tutela do Estado personificado por Vargas. No movimento operário predominava a unicidade sindical, não sendo permitida a organização de centrais sindicais. Tudo isso conferia um caráter corporativista e assistencialista ao conjunto do movimento sindical. As associações se organizaram no setor público devido a proibição da CLT⁶ de organização em sindicatos⁷. Os funcionários públicos civis do estado eram representados por uma associação mais de caráter beneficente desde a década de 1940.

Os movimentos associativos, embrionários por sua vez, representaram uma tomada de consciência dos professores, de seus interesses como grupo, quase sempre pautando como principais reivindicações a melhoria do estatuto, o controle da profissão e definição de uma carreira profissional. Como destaca Nóvoa (1991), no final do século XX surgem as primeiras associações profissionais como parte dessa tomada de consciência de seus próprios interesses enquanto grupo. Tal fato confere uma unidade intrínseca do corpo docente, imposta pelo Estado através do estatuto de funcionários, mas que representa a solidariedade profissional e a defesa dos interesses comuns.

⁶ Consolidação das Leis do Trabalho é provada em 1940 que tutelava os sindicatos ao Estado que impunha um caráter fortemente corporativista e burocrático.

⁷ Essa situação que se modifica somente com a Constituição de 1988, que garantiu o direito aos servidores públicos de se organizarem em entidade sindicais

É importante destacar que o modelo de análise do processo de profissionalização utilizado por Nóvoa (1995) se articula a partir de quatro aspectos essenciais, dentre eles a constituição de associações profissionais, cujo objetivo se traduz na defesa de interesses específicos é nuclear no processo de luta pela profissionalização. Os conflitos são importantes para desvendarmos essa realidade do movimento de professores. Dessa forma o movimento foi se constituindo a princípio sob as pressões do corporativismo de uma categoria, inda com os resquícios dos valores de uma elite de intelectuais que eram predominantes nas escolas médias. Ainda não tinham se encontrado como grupo ou classe e somente uma urgente necessidade colocaria essa tarefa na ordem do dia.

Daquela assembléia, convocada depois em segunda chamada para o dia 17 de abril de 1956, não restou nenhuma outra informação. O que sabemos é que em 1959 foi criada uma associação que hoje representam os professores particulares. Tinham os professores dificuldades de se organizarem. Outras lembranças são vagas dessa época e até hoje não apareceu nos registros da história qualquer vestígio dessa primeira associação dos professores. Os anos 50 podem ser considerados como tempos de ensaios sobre organização destes profissionais. Olímpio (2003) se refere a um momento ainda pouco estudado quanto às primeiras experiências da categoria:

No dia 13 de setembro de 1959, a apática Associação dos Professores Secundários de Teresina (APPST) era transformada em Sindicato, conforme Carta expedida pelo Ministério do Trabalho. Presidia a entidade o professor Celso Barros Coelho, que convocou logo eleições para a renovação da diretoria. Depois disso não se ouviu mais falar nessa entidade. Antes, em 1957, já se tinha notícias de uma Associação Piauiense de Professores, da qual era presidente o professor Cláudio Ferreira. (p.190)

Mas, essa situação foi mudando. “Até então restritas ao encaminhamento de memoriais às autoridades constituídas, as reivindicações do magistério incorporam práticas mais agressivas – concentrações, passeatas e greves –, numa tentativa de sensibilizar a opinião pública para os problemas que afetavam a categoria ou uma parcela de seus membros” (VICENTINI E LUGLI, 2005, p. 337).

Para Olímpio (2003), no início dos anos de 1960, a situação do magistério era caótica, tendo no salário seu principal problema. No geral predominava um verdadeiro descaso com o magistério como a suspensão de pagamento de trabalho extraordinário, não pagamento de férias, além de exonerações unilaterais em função das lutas políticas

que se davam no estado. Mas até então o movimento era frágil e a categoria ainda não tinha alcançado um nível mínimo de organização como explica o autor:

Até o início da década de 60, o magistério piauiense não existia como classe organizada. Não havia um órgão que congregasse nossos mestres e defendesse seus direitos. Havia, é certo, uma Associação dos Professores Secundários de Teresina, da qual se tem vagas notícias pela imprensa. Existia apenas de direito, de fato nunca funcionou na defesa da categoria, pelo menos não consta nos arquivos públicos e particulares a que tivemos acesso nenhum documento indicando o contrário. Os periódicos da época se ocupavam da referida entidade apenas para noticiar as eleições para renovação da diretoria ou o aniversário de seu presidente, não fazendo qualquer outro registro. (p.11).

Depois em 25 de novembro de 1967, segundo Olímpio (2003), numa sala do velho Liceu foi fundada a Associação dos Professores do Ensino Médio oficial do Estado do Piauí – APEMOP. Essa nova entidade cumpria um papel de transição, pois já apresentava uma inclinação e um tom mais classista, mesmo não sendo. Acontece que como explica Olímpio(2003), “No início da jornada as lideranças do movimento sofreram algumas decepções, pois muitos de seus colegas mantinham-se às margens do movimento reivindicatório da classe [...]”. Era tempo de ditadura militar e suas lideranças eram perseguidas, presas e acusados de comunismo, lacerdismo e coisas do gênero. Mesmo com tantas dificuldades, um ano depois, a entidade passava por sua experiência de organização da primeira greve da categoria.

Como afirma Thompson (1987, p.9) “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico”. Tal qual sugere o autor, esse a constituição da classe é processo relacional. Nesse sentido, os trabalhadores são partícipes ativos e conscientes do processo de formação. Esses elementos do autor por acreditar que na formação da categoria de professores secundários o “fazer-se” e a “experiência” são importantes categorias para desvelar as situações que levaram à configuração desse grupo social de professores. Assim, é possível analisar as ações estruturantes do movimento dos professores secundários. Para Thompson (1987, p.12), “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história”. Por isso, cabe o reconhecimento da “experiência” (individual) e da “experiência de classe” (coletiva).

Como parte do fazer-se “as associações de professores adotaram formas de organização e de ação muito diversificadas, tomando como experiências seja o modelo das ordens profissionais, seja o modelo do sindicalismo operário”(Nóvoa, 1991, p.127). É preciso, então, compreender como se desenvolve esse movimento no estado do Piauí, assim como conhecer seus reflexos sobre o processo de profissionalização? Quais os caminhos que os professores secundários perseguiram com vistas a seus objetivos?

Por isso, faz-se necessário destacar que,

As associações vão ser portadoras das reivindicações dos docentes, as quais entre o fim do século XIX e o início do século XX dizem respeito essencialmente: à melhora do estatuto (condições de entrada mais exigente, formação mais longa e mais reconhecida academicamente, tratamento mais elevado, sistema de seguridade social eficaz, etc); ao controle da profissão(participação em todas as decisões concernentes à atividade decente, autonomia nas questões escolares, liberdade com relação às escolhas pedagógicas, etc); e à definição de uma carreira(vias de promoção econômica e profissional bem estabelecidas, acesso às funções de inspetorias e ao ensino nas escolas normais, etc). (NÓVOA, 1991, p.128).

No Brasil, as associações de classe passam a serem pensadas somente a partir da década de 1920. Desde então se expandem por todo o território nacional, primeiramente no âmbito do ensino primário⁸, posteriormente, estendendo-se para o nível médio quando atingem um plano de organização capaz de protagonizarem lutas mais efetivas e gerais. A Confederação dos Professores Primários Brasileiros - CPPB foi a primeira associação, fundada em 1960, mudando o caráter até então das organizações sociais de professores. Entretanto, em 1979, no contexto da emergência do movimento de professores de 1º e 2º grau da rede pública, coloca-se a necessidade de mudanças na entidade, que é transformada em Confederação dos Professores do Brasil – CPB (SANTOS, 1996).

Para Olímpio (2003), o magistério no Piauí, até o início da década de 1960 não existia como classe organizada. A tentativa de fundação de uma Associação dos Profissionais do Ensino Primário e Secundário se dá pela primeira vez na década de 1950, entretanto, marcada por uma realidade mais individualista, despolitizada, não havia espírito classista e o professorado era uma categoria desmobilizada. Os governos obscurantistas esmagavam qualquer possibilidade de um movimento dessa natureza.

⁸ No Piauí, em 1956 foi fundado o Centro de Estudos e Recreação e formação do Magistério Primário, o CERMAP, um órgão que visava o conagraamento da classe como dar maior assistência social, moral e material ao professor. Embora utilizando o termo classe, não tinha fins sindicais.

Contudo, na década de 1960, expande-se para todos os estados da federação um movimento pela fundação de associações de professores, provocando um processo de reestruturação do movimento de professores. Em 1967 foi criada Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Piauí, a APEMOP. Esta, segundo Santos (1996) abre a primeira fase do movimento dos professores que vai até 1979. Era uma entidade de natureza semi-sindical voltada às demandas específicas. Esta fase ocorre na vigência do AI nº 5, no qual governos militares restringem os movimentos sociais impondo aos professores o “licencio”. Por outro lado, este se caracteriza pela busca de objetivos básicos como aquisição de espaço próprio tanto para a organização da entidade como para as atividades sociais, assim, como buscar resolver variados problemas do quadro de funcionário do estado⁹.

Nos primeiros anos do movimento de professores, em sua maioria do sexo masculino, concentravam-se no Liceu Piauiense e na Escola Normal (algumas escolas particulares também), o que agrupou as condições para realização da primeira greve em maio 1968, no governo Helvídio Nunes. Depois em 1970, os professores voltam a se movimentar contra o governo como uma pautando temas com mais veemência como o estatuto do magistério. Um ano depois, a APEMOC, perde sua razão ser, quando em função da Lei 5692/71, criam-se os cursos de 1º e 2º graus, fato que leva a transformações na entidade, ampliando sua base de representatividade. Funda-se a Associação dos Professores do Estado do Piauí - APEP (SANTOS, 1996).

Dilemas e Legitimação

Segundo Vicentini e Lugli, (2009), a partir de década de 1960 percebe-se uma mudanças brusca nas condições para o exercício do magistério. Passaram a viver um momento em que as condições de trabalho se degradavam e contratação emergencial de docentes implicou na relativização de muitos requisitos, gerando um momento de desprofissionalização. Essa situação trará à tona grandes dilemas a exemplo da proletarização. Nesse contexto emerge a identidade de trabalhador dos professores quando os mesmos se aproximam da luta dos setores mais explorados.

Com a implantação do primeiro grau de oito anos, que aparentemente eliminou a segmentação entre magistério primário e ginásial, faz renovar o movimento. No geral

⁹ Segundo Santos (1996), a APEMOC reivindicava plano de cargos e carreira, regularização dos professores precários, dentre outros pontos.

se diversificaram as entidades criadas após essa mudança, mas em nosso estado isso leva à unificação da categoria, originando a APEP, que passa a representar todos os professores da rede pública.

A aproximação das entidades de professores com o movimento operário na década de 1970, principalmente com a realização de greves em plena ditadura, faz emergir a noção de trabalhador. A idéia de docente como profissional é fragilizada e uma nova representação vai sendo construída pelo movimento.

Assim, o processo de organização e mobilização da categoria dá um salto de qualidade com a fundação da APEP em 1973. Todas essas articulações, em torno do processo de reorganização do movimento, ocorrem no contexto de uma luta acirrada pela profissionalização. A aprovação, em 1974, do Estatuto do Magistério¹⁰ é um bom exemplo disso.

Durante a primeira gestão de Alberto Silva (1971 a 1974) à frente do governo, de acordo com Olímpio (2003), foram tomadas iniciativas de estruturação da entidade, contando com isso com sua colaboração. Dessa forma, imprime-se uma conotação mais assistencialista¹¹ ao movimento, de forma que se implementa uma política de aproximação do Estado¹². Tudo isso representava a tentativa da diretoria da entidade de legitimar-se perante seus sócios num momento de crise de representatividade.

De forma que essa década foi um tempo de dilemas que geravam instabilidade para o magistério. Várias lutas foram travadas, principalmente relacionadas às leis sobre a carreira e os salários. Foi aprovada a Lei nº 66 259/70 que tratava dos salários. Questões como a escala móvel foi implantada como medida para minimizar os efeitos da inflação sobre o poder aquisitivo da categoria, assim como o Estatuto do Magistério através da lei nº 3278 de 1974. Tudo indica que foram muitos os embates em torno das condições de vida e trabalho do magistério como indica Santos (1995).

No final da década de 1970, a entidade chegou mais de 2500 sócios¹³ demonstrando mais fortalecimento do movimento. Esse foi um período de sua interiorização, conquistando mais adeptos e estruturando núcleos regionais nas maiores

¹⁰ A lei nº 41/70, publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de maio de 1970, dizia respeito apenas ao magistério de ensino médio com regras claras para o exercício da profissão.

¹¹ De acordo com o at. 2º do Estatuto da APEP, uma das suas finalidades seria: “Prestar assistência social, moral, material e jurídica as sócios dela necessitados, e às respectivas famílias” [...].

¹² Em 11 de agosto de 1973 o governador Alberto Silva assina a Lei 3217 doando o terreno para construção do Clube do Professor e doa um gabinete médico-odontológico à APEP.

¹³ Os dados sobre filiação foram coletados do memorial de Clementino Siqueira postado no endereço eletrônico <http://www.clementinosiqueira.com.br/história7.asp>. Acessado dia 15/10/2010.

idades. Como analisa Medeiros (1996), durante os anos 70, os professores da rede estadual de ensino mantêm uma entidade forte com muitas lutas salariais e greves, quando a o movimento e a entidade conseguem se postular como interlocutores legítimos frente ao governo. Embora em alguns momentos houvesse cooptação, o movimento mantinha sua identidade própria e uma articular nacional.

Nesse período, o país assistia ao nascimento do Novo Sindicalismo (MATOS, 2009) para o qual o movimento de professores vai se inclinndo paulatinamente. A transformação das ações da APEP em ações de sindicato representa uma nova fase da organização docente, que possibilitará que a categoria se torne uma das mais influentes nos movimento sociais no estado do Piauí a partir da década de 1970.

Algumas Conclusões

Muitas mudanças se processaram no sistema de ensino, possibilitando que os professores secundários fossem se formando como categoria profissional a partir dos anos 1950. Isso ocorre, como declara Vicentini & Lugli (2009), pelo aumento da demanda por escolarização secundária exigindo mais professores para esse nível. Muitas transformações vão ocorrer com a expansão da rede de ensino público, principalmente no trabalho e na organização do movimento de professores dos anos 1950 a 1970.

O processo de organização dos professores, durante essas três décadas, girou em torno do sonho prometido: a profissionalização. Um sonho negado que exige dos professores uma incessante procura de novas formas legitimação e fortalecimento do movimento como estratégia de luta contra a proletarização e pela conquista de suas aspirações. Na década de 1970, os professores se aproximam do movimento operário e de seus métodos de luta como a greve e as passeatas. Essas estratégias atenderam a critérios da organização legal como, por exemplo, a unificação de todos os níveis numa entidade única. Essas exigências originam a APEP em 1973, com a qual avança o processo de interiorização do movimento no estado. Consolida-se uma das principais fases da APEP, possibilitando ao movimento algumas garantias em nível de profissionalização como leis, estatutos e políticas de formação.

REFERÊNCIAS

Associação dos Profissionais do Ensino Secundário e Primário e Auxiliar da Administração Escolar. **Editais de 1ª convocação da Assembléia Geral de 17 de Abril de 1950**. Diário oficial do Estado. 1º de Abril, 1950.

Associação dos Profissionais do Ensino Secundário e Primário e Auxiliar da Administração Escolar. **Editais de 2ª convocação da Assembléia Geral de 17 de Abril de 1950**. Diário oficial do Estado. 17 de Abril, 1950.

Associação dos Professores do estado do Piauí – APEP. **Estatuto**. Diário Oficial do Estado. 27 de agosto de 1973.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 4024/61, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

Centro de Estudos e Recreação e formação do Magistério Primário - CERMAP. **Comunicado**. Diário Oficial do Estado. 5 de Julho, 1956.

CLEMENTINO, Siqueira. **História de uma Vida**. Memória. Disponível em: <http://www.clementinosiqueira.com.br/historia7.asp>. Acessado em 14/10/2010.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As transformações do ensino secundário e as modificações do trabalho docente no Piauí: 1950 – 1980**. VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. São Luíz-MA: Ago. 2010.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais no Piauí: uma perspectiva histórica. IN: MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.

OLÍMPIO, José. **APEP: Organização, Lutas e Conquistas**. Teresina, 2003.

PIAUI. **Lei nº 441 de 1941**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Piauí. Diário oficial de 28 de outubro de 1941.

_____. **Lei n. 2251 de 01 de Janeiro de 1962**. Transforma o Colégio Estadual do Piauí em Colégio Estadual Zacarias de Góis.

_____. **Lei 41 de 1970**. Dispõe sobre o estatuto do Ensino Médio do estado e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 14 de maio de 1970.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação brasileira**. São Paulo: 30ª ed., 2006.

SANTOS, Klebe Montezuma Fagundes dos. **Movimento de Professores e Cidadania:** O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina. Teresina: Halley, 1996, 174 p.

SANTOS NETO, Gervásio dos, KRUEL, Kenard. **História do Piauí.** Teresina: Zoodíaco, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa - A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez editora, 2009.